



**ILMO. SR. PREGOEIRO DA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR.**

**Ref.: Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2021**  
**Processo Administrativo nº 08389.005866/2020-63**

**ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 14.798.740/0001-20, com sede na Rua Marcilio Dias, n.º 420 E, Bela Vista, Santa Catarina - SC, vem, mui respeitosamente, na melhor forma do Direito, observado o princípio constitucional da Isonomia, que rege a Licitação e o Direito, aliado aos princípios do Direito Público, da Legalidade e da Razoabilidade, todos subordinados aos princípios máximos da Administração Pública que propugnam a indisponibilidade do interesse público, interpor

**IMPUGNAÇÃO** ao instrumento convocatório do certame em referência, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

## **1) DO DIREITO DE PETIÇÃO**

Nossa Impugnação apresenta-se nos termos do item 21, página 17, do referido edital em consonância ao art. 41, § 2º da Lei 8.666/93, consoante, ainda, o postulado básico e sustentador do sistema democrático, ou seja, o Princípio do Devido Processo Legal (CF/88, art. 5º, inc. LV) e seus desdobramentos, contraditório e ampla defesa, também presentes na atuação deste Órgão Licitador, visto que inerentes ao Estado Democrático de Direito e ao exercício da Cidadania, além de tudo, devemos considerar que o direito de petição é direito constitucional (*art. 5º, XXXIV*), conforme ensinamento do emérito Professor José Afonso da Silva<sup>1</sup>,

**"É importante frisar que o direito de petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de pronunciar sobre a petição, quer para acolhê-la quer para desacolhê-la com a devida motivação."**

**"Ao mesmo tempo em que resguarda os administrados pois permite que sua voz seja ouvida antes da decisão que irá afetá-lo evitando que os interesses**

---

<sup>1</sup> *Direito Constitucional Positivo*, ed. 1.989, pág. 382

do administrado sejam considerados apenas *ex post facto*, concorre para uma atuação administrativa mais clarividente<sup>2</sup>,”

“O direito de petição pertence à pessoa para invocar a atenção dos Poderes Públicos sobre uma questão ou uma situação.”

(Libertés publiques, 6º. Ed. Paris, 1982)

Não pode o Órgão omitir-se da análise da questão manifestada, sob pena de omissão e abuso de poder, uma vez que o direito de petição é a forma de manifestação mais ampla a fim de levar a conhecimento do Poder Público lesão ou ameaça a direito, podendo qualquer pessoa (física ou jurídica) lançar mão deste expediente constitucional, sendo que tal lição pode ser extraída da Constituição Federal Anotada de Uadi Lammêgo (pág. 170):

“Se, por um lado, como disse Seabra Fagundes, o direito de petição bem merece ganhar prestígio da lei pois do seu uso frequente podem resultar consequências positivas para o indivíduo e também para a dinâmica dos serviços públicos”, por outro lado ele merece resposta, pois a falta de pronúncia da autoridade, além de constituir exemplo deplorável de responsabilidades dos Poderes Públicos, aniquila o direito constitucional assegurado. A obrigação de responder é seríssima. Sua falta configura insurgência contra a ordem instituída pela CF/88.”

Ao receber e acatar esta Impugnação o Pregoeiro nada mais fará do que concorrer para uma atuação administrativa mais clarividente, dentro da finalidade de obtenção do melhor conteúdo das decisões administrativas, corroborando com a eficiência da Administração através dos subsídios trazidos a demonstração, a fim de sopesar a decisão a que se chegará.

Ademais, a presente Impugnação é em sua totalidade tempestivo, devendo ser o mesmo recebido e devidamente analisado pelo Pregoeiro.

Não obstante, e por ser medida da mais lúdima justiça, **REQUER** o recebimento desta Impugnação em ambos os efeitos, suspendendo o trâmite do procedimento licitatório até final decisão.

## 2) EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP

O item 4.12., do edital, página 2, informa que:

4.1.2. Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Por oportuno, a referida exigência afigura-se restritiva e prejudicial, já que em nada beneficia esta licitação, que ao contrário a distância da persecução do menor preço, ou seja, a proposta mais vantajosa para a administração pública, inclusive, só irá causar prejuízo para os cofres públicos, senão vejamos:

---

<sup>2</sup> Elementos de Derecho Administrativo – 25ª edição – Antonio Royo Villanova – corrigida e aumentada por Segismundo Royo Villanova, VII, Valladolid, ed. Santarén, 1960-1961, p. 848.

A justificativa para o aumento de prazo do contrato de 12 meses para 30 meses foi pautada no custo de investimento, o que não deve se ater apenas ao prazo do contrato, mas sim ao fato de ter sido exclusivo ME/EPP, vejamos a justificativa:

Justifica-se o prazo de vigência do contrato, conforme item 2.8, porque foi realizada a tentativa de contratação conforme processo SEI no.08389.002662/2020-71, que resultou "positiva" para a DPF/FIG/PR e "deserta" para as demais unidades geridas por esta UG; uma das razões identificadas dodesinteresse das empresas em participar da licitação foi devido ao custo a se investir na infraestrutura para fazer chegar o cabo de fibra óptica até as unidades remotas e a quantidade de meses de duração do contrato; esta duração não era suficiente para se recuperar o o investimento realizado.

Ocorre que está licitante apenas não participou porque o processo era exclusivo para ME/EPP, e não pelo custo, pois atende plenamente os locais do Pregão 09/2020, inclusive foi a ganhadora do certame anterior.

A exclusividade de itens para concorrência do presente certame para ME/EPP, restringe a participação da ampla concorrência sem que isso signifique qualquer garantia extra de melhor preço ou até mesmo de desenvolvimento de pequenas empresas da região, o que pode ser comprovado pelo certame anterior que deu como deserto, pois não houve se quer concorrência para participação (ata em anexo).

Ademais, é entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que: **“De acordo com o artigo 49, III da Lei Complementar nº. 123/2.006, não deve ser realizada licitação exclusiva ou com cotas exclusivas às ME ou EPP se isto não for vantajoso à Administração”**.

Questionamos: Qual é a vantagem para a administração se ela está tendo que licitar novamente, pois não houve proposta para o certame anterior????

A segurança jurídica, que decorre do princípio da legalidade, deveria levar à Administração Pública, a certificar-se da conveniência em realizar o certame optando pelo tratamento diferenciada e possibilitando outras empresas a participar, para ampliar seu leque de concorrência, bem como ampliar a competição, pois é mais vantajoso para a Administração utilizar o tratamento diferenciado do que toda vez ter o certame deserto e abrir tentando justificar na legislação da ME/EPP e apenas ter prejuízo. O fato de ter dado deserto o outro certame já justificaria a abertura da ampla concorrência neste certame, esse é o processo correta e não o contrário.

Ademais, qual a vantagem para a Administração Pública? Estará restringindo a competitividade, não possibilitando de forma alternativa a participação de outras empresas em geral, excluindo a participação quando critérios mínimos exigidos na Lei Complementar nº 123/2006 não são atingidos, para que tal benefício seja aplicado. Beneficiar empresas deste ramo com caráter de exclusividade só causa prejuízo para os cofres públicos, tanto é que alguns pontos do certame estão sendo licitados novamente em caráter de exclusividade, o que não deveria acontecer e já justificaria a ampla concorrência.

Para exemplificar, podemos citar o Edital de Pregão Presencial nº 049/2020 da Prefeitura Municipal de Reserva/PR, Processo nº 134/2020, que utilizou de maneira cristalina, coerente e competitiva a aplicabilidade da Lei, conforme segue:

**12. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA ME / EPP / MEI (Lei complementar n.º 123/2006)**

**12.1. Procedimento licitatório exclusivo para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), conforme Inciso I, Art. 48 da Lei Complementar n.º 123/2006.**

**12.2. Não se aplica o disposto no subitem 12.1. deste Edital, quando:**

I - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

**12.3. Caso verifique-se a situação prevista no subitem 12.2. deste Edital, as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) inferiores da proposta de maior desconto da detentora do melhor lance, será assegurada preferência de contratação, respeitado o seguinte:**

**12.3.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de desconto superior àquela detentora do melhor lance, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão.**

**12.3.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 12.2 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.**

**12.3.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 12.3 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.**

**12.3.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.**

**12.3.5. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 12.2. deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. - 4 -**

Ora nobre Pregoeiro(a), o que o ilustre Edital mencionado acima ventilou, foi nada mais que elevar o interesse do erário ao nível de supremacia, do qual trata o inciso III do artigo 49 da LC 123/2006.

E conforme podemos extrair do tratamento dos edital citado, que a não concessão do benefício de licitação exclusiva às ME/EPP, não importa na exclusão do benefício atribuído pelos artigos 42 ao 49 da LC 123/2006, mas que seus benefícios serão aplicados, de forma justa, SEM RESTRINGIR A COMPETITIVIDADE, e a maior vantagem quem irá receber será a própria

administração, a qual concederá uma disputa clara, benéfica e ainda possibilitará uma enorme vantagem competitiva, o que por consequência será beneficiada com menor preço na contratação.

Tendo em vista que o objetivo da Administração no processo licitatório é proporcionar aos licitantes a ampla competitividade para obtenção da proposta mais vantajosa, bem como não realizar diversas vezes o mesmo certame, pois isso gera custos aos cofres públicos, solicitamos que seja modificado o critério de exclusividade de Microempresas e Empresas de Pequeno porte para AMPLA CONCORRENCIA, por ser a medida correta a se tomar neste certame e que beneficiária tanto as empresas aptas a participarem do processo licitatório como o próprio ente público.

### 3) PRAZO DE INSTALAÇÃO

O item 2.6 do Termo de Referência, informa que:

2.6. O OBJETO tem a natureza de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. O contrato terá vigência inicial de 30 meses, prevendo o início da implantação após a assinatura do contrato, com prazo de até 30 (trinta) dias para a entrega e ativação dos acessos em pleno acordo com seus requisitos.

Pois bem, o prazo de 30 (trinta) dias, contados data de assinatura do contrato, é a uma das justificados para a falta de participação, pois esse prazo é **inexequível, absolutamente INSUFICIENTE** para a instalação do plano as atividades afetas ao fornecimento de equipamentos e/ou componentes, implementação e entrega da solução de rede operante (Link de Internet) sejam atendidas por qualquer empresa do segmento, principalmente às licitantes que hoje já não prestem serviços a V.Sas. ou que já não tenham seus acessos instalados nas localidades de prestação de serviços ou muito próximos. A legislação prevê a ampla concorrência entre as licitantes, e o presente edital está lesionando diversos direitos, quando menciona um prazo curto de ser executado e IMPOSSÍVEL de ser executado, restringindo a competitividade, conforme podemos extrair do artigo 3.º, §1.º, inciso I da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal n.º 8.666/1993):

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

#### § 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991. (Redação dada pela lei 12349/2010). (grifo nosso).

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, em consonância com o dispositivo mencionado, afasta a legitimidade de cláusulas que venham, de qualquer forma, restringir a competitividade ou a eventual disputa entre as empresas potencialmente aptas a preencher a necessidade administrativa:

(...) 15. Oportuno frisar que a referenciada Decisão nº 663/2002 - Plenário não adentrou no mérito de possíveis inconstitucionalidades materiais insculpidas no Decreto 2.745/98. Assim, como já deliberado por meio do Acórdão 1329/2003 - Plenário, esta Corte já alertou à Petrobras acerca das implicações do descumprimento de preceitos legais e constitucionais, ex vi do item 9.6 daquele decismum, a saber:

“9.6. alertar à Petrobrás que os **procedimentos licitatórios** discricionários **que não atenderem aos princípios constitucionais** da publicidade, isonomia, **igualdade**, imparcialidade e **implicarem restrição ao caráter competitivo**, ao serem apreciados pelo Tribunal, poderão resultar em multas, **responsabilidade solidária dos administradores por danos causados ao erário, anulação dos certames licitatórios e respectivos contratos, bem como o julgamento pela irregularidade das contas;** (...)”. (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Voto de Ministro Relator Ubiratan Aguiar Acórdão 29/2004 - Plenário - Processo 011.173/2003-5 - Natureza: Embargos de Declaração). (grifo nosso).

Ora, é sabido que a competição é o principal fator que determina a redução de preços nas licitações, permitindo a seleção da melhor proposta para a Administração.

Ademais, em relação a instalação, cabe mencionar, a complexidade da obra, a qual requer mão-de-obra especializada, além de um lapso temporal para avaliar as condições de cada local a ser implantando, a necessidade de aquisição, transporte, instalação e configuração de equipamentos, o que somado ao tempo necessário às devidas configurações para ativação dos serviços, demanda prazo bastante superior ao hoje estipulado no edital. Isto sem considerar o tempo necessário à construção de acessos terrestres ou instalações de fibras ópticas, ou, até mesmo, a aprovação de projetos, que hoje demoram no mínimo 90 (noventa) dias, sendo impossível executar em 30 dias.

Portanto, a manutenção da atual disposição editalícia, inviabiliza a participação das concorrentes, resultando no potencial direcionamento do certame (restrição à competitividade - ilegalidade), em função de não ser possível, pela maioria das empresas do ramo de telecomunicações, o cumprimento do desarrazoado lapso de tempo relacionado às atividades descritas.

Além disso, a ampla competitividade só vem para beneficiar o ente público, que está investindo neste projeto, que além de um processo complexo, deve ser prestado com o máximo de qualidade possível, possibilitando, portanto, um processo mais amplo de competição, para que diversas empresas que estejam interessadas, mas que em razão do curtíssimo prazo, não participam do certame.

Por todo o exposto, torna-se visível, justificável e razoável, a fixação de prazo comumente adotados no mercado, requerendo a **ACESSOLINE, a ampliação do prazo de ativação dos serviços estipulados no edital para no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da celebração do instrumento contratual, de modo a garantir ampla competitividade e, por conseguinte, preços mais atrativos ao DELEGACIA DA POLICIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU, atentando-se, pois aos pressupostos inerentes a todo e qualquer processo licitatório, nos termos do art. 3º, §1º, inc. I da lei Federal nº 8.666/1993, já reproduzido nesta peça.**



#### **4) CONCLUSÃO - PEDIDOS**

Diante do exposto, para garantir o atendimento aos princípios norteadores dos procedimentos licitatórios, a **ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÃO LTDA** requer o acolhimento dos pedidos formulados na presente, para todos os efeitos de direito, eis que as questões supracitadas são imprescindíveis para manter o caráter competitivo do certame e, principalmente, proporcionar uma melhor contratação pela **DELEGACIA DA POLICIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR**, condizente com os preceitos legais e princípios que se aplicam às licitações públicas, em prol do interesse público e da legalidade, bem como que V.Sª julgue motivadamente a presente impugnação, promovendo as alterações necessárias nos termos do Edital e seus anexos, conferido **efeito suspensivo**, adiando-se a referida sessão para data posterior à solução dos problemas ora apontados.

Derradeiramente, caso não seja retificado o edital nos pontos ora invocados, requer que seja mantida a irresignação do ora impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.

Termos em que pede deferimento.

Chapecó/SC, 4 de maio de 2021.

---

Acessoline Telecomunicações Ltda  
CNPJ N° 14.798.740/0001-20  
Cristiane Aparecida Busatto  
Procuradora  
CPF n° 048.342.279-79